

***AS BIBLIOTECAS NO CORAÇÃO DA CIDADE (BRAGA) | LIBRARIES IN THE HEART OF THE CITY (BRAGA)***

**Henrique Barreto Nunes**

**Biblioteca Pública de Braga, fachada**



**Fonte:** O Autor.

Há 540 anos, em 12 de dezembro de 1494, um impressor itinerante alemão, Johann Gherlinc, fez sair dos prelos, pela primeira vez em Braga, um livro com o título de *Breviarium Bracharense*, igualmente o primeiro publicado em língua latina no nosso país.

A impressão deste incunábulo na velha cidade que os romanos tinham fundado faz pressupor a existência de um ambiente cultural a tal propício, embora naturalmente dominado pela Igreja Católica.

A região teria sido berço da monja peregrina Etéria, ou Egéria (séc. IV) e do historiador Paulo Orósio (séc. V), dos quais sobreviveram obras referenciais e, sob a égide de Martinho (séc. VI), natural da Panónia, em Dume floresceu um mosteiro, que também abrigou Pascásio, onde já existiria uma coleção de manuscritos como as Escrituras, livros litúrgicos, coleções dos concílios e possivelmente clássicos greco-latinos.

No século XI foi criada uma escola catedralícia que naturalmente necessitava de livros (manuscritos) de consulta e estudo para formação dos párocos encarregados de espalhar e consolidar a fé na diocese bracarense, pelo que alguns arcebispos se empenharam na sua aquisição ou ordenaram a sua feitura, havendo igualmente notícia de doações e legados. Terá sido o arcebispo D. Fernando da Guerra (1414-1467) quem primeiro criou uma biblioteca em Braga.

D. Diogo de Sousa (1461-1532), um arcebispo de larga visão, formado em Roma (séc. XVI), está na origem da criação de uns Estudos Gerais em Braga, para os quais trouxe grandes mestres humanistas, depois entregues aos jesuítas que, no seu colégio de S. Paulo criaram uma importante biblioteca, destruída no séc. XVIII devido ao desvario pombalista.

Como é evidente, proliferando na arquidiocese importantes mosteiros e conventos, neles existiram desde os finais do séc. XVI livrarias famosas, como foi o caso de Tibães (beneditinos), Congregados (oratorianos) ou Pópulo (agostinhos), cujos acervos se conservaram durante séculos e estiveram na origem das bibliotecas públicas fundadas pelos liberais.

Mas a população local – embora o analfabetismo, como no resto do país, atingisse taxas altíssimas –, através de uma burguesia mais esclarecida, começou a criar, a partir de 1835, agremiações culturais, recreativas ou mesmo de classe para dar resposta às suas necessidades de acesso ao livro, ao conhecimento, à informação e nas quais surgiram pequenas bibliotecas e gabinetes de leitura onde se podia ler ou levar por empréstimo ou aluguer os documentos que lhes merecessem interesse. Tal aconteceu com o Club Bracarense (que chegou a publicar dois catálogos impressos), a Sociedade Democrática e Recreativa, o Ateneu de Braga e cerca de mais dez instituições do género.

A Convenção de Évora-Monte, assinada em 27 de maio de 1834, pôs termo à guerra civil que tinha dividido o país, nela se consagrando o triunfo das forças liberais e a confirmação de D. Pedro IV como legítimo rei de Portugal.

Em 30 de maio são extintas as ordens religiosas masculinas e nacionalizados os seus bens, acentuando-se assim a necessidade de urgentemente acautelar, procedendo à sua boa arrecadação e guarda "as livrarias, alfaias e outros efeitos e bens pertencentes aos conventos e mosteiros" existentes em todo o país, já que se considerava, partindo do exemplo do Porto, que "a ignorância é a inimiga mais irreconciliável da liberdade".

Centro de uma província onde abundavam as instituições religiosas, provavelmente inspirada por aquela proclamação, a Câmara Municipal de Braga, em 6 de maio de 1834, enviou uma "representação" à Prefeitura da Província do Minho solicitando "o estabelecimento literário de uma biblioteca pública nesta cidade".

Aquela exposição, demonstrativa dos "patrióticos e ilustrados princípios" de que estava imbuído o espírito da vereação bracarense, foi aprovada favoravelmente, ficando a

Prefeitura da Província do Minho encarregada de propor "um plano para orçamento de despesa na preparação do edifício e custeamento de tão útil objecto".

Contudo, não conhecemos qualquer desenvolvimento imediato da vontade então demonstrada pelo "presidente e mais membros da Comissão Municipal de Braga", apesar das perspectivas posteriormente abertas por legislação adequada, a qual solicitava aos governadores civis que informassem "qual o edifício mais próprio, na sede dos seus distritos, para a fundação de uma biblioteca pública (...) a organizar com os bens pertencentes aos conventos extintos". Mas Braga continuava sem biblioteca, enquanto noutras capitais de distrito elas começavam a surgir.

É então que entra em cena a figura providencial do pontelimensense, Manuel Rodrigues da Silva Abreu, velho amigo de Almeida Garrett, ao lado de quem lutou pelos ideais do Liberalismo e com quem partilhou o exílio, homem de grande dignidade e cultura, escritor e bibliófilo, que vivia em Braga com grandes dificuldades.

Como Abreu lhe tivesse sugerido a criação de uma biblioteca em Braga, na qual ele pudesse exercer as funções de bibliotecário, para as quais se sentia preparado, Garrett procurou ajudá-lo a atingir esse objetivo.

Tendo mexido alguns cordelinhos, conseguiram que a Câmara bracarense enviasse ao Governo, em 20 de maio de 1840, uma representação em que se dizia que a vereação, "desejosa de ser útil ao município", "se oferecia a concorrer para o estabelecimento de uma Biblioteca Pública, provendo para esse fim às despesas necessárias do material e pessoal", justificando essa proposta com a constatação do "desleixo em que se encontravam as livrarias dos extintos conventos do distrito, expostas à destruição em diferentes depósitos sem que o público pudesse tirar delas o mais pequeno proveito".

Garrett, na sequência desta exposição que terá tido bom acolhimento, convence o Ministro do Reino a nomear Manuel R. S. Abreu como bibliotecário, que fica encarregado de "coligir e examinar as Bibliotecas dos extintos mosteiros do distrito de Braga, fazer os respectivos catálogos e informar sobre o apreço dos diferentes manuscritos que ali existem", o que de imediato começou a ser feito, inventariando as livrarias dos mais importantes conventos bracarenses, as quais foram transportados para o convento dos Oratorianos, onde a biblioteca viria a ficar instalada.

Foi preciso esperar quase um ano até ser oficialmente formalizada a criação do estabelecimento, o que se concretizou em 13 de julho de 1841, através de uma Carta de Lei assinada pela rainha D. Maria II, que ordenava "o imediato estabelecimento e conservação da Biblioteca Pública" em Braga, com coleções iniciais de cerca de 25.000 volumes, provenientes de 20 instituições religiosas minhotas.

Não cabe neste texto descrever todas as vicissitudes e obstáculos verificados em relação à instalação e início de funcionamento da Biblioteca Pública de Braga (BPB) que, quando foi proclamada a República, se encontrava num estado perfeitamente caótico.

Em 1911 foi nomeado seu bibliotecário Alberto Feio, o qual, para além da situação herdada, teve de enfrentar novos e inesperados desafios, entre os quais avultava a incorporação do importantíssimo e volumoso cartório do Cabido da Sé de Braga e outras instituições da

Igreja com ele relacionados, bem como o dos registos paroquiais, o que viria a estar na origem da criação em 1917 do Arquivo Distrital de Braga, na altura anexado à Biblioteca.

O problema mais imediato era o da falta de espaço pois no edifício dos Congregados não seria possível acondicionar o imenso acervo documental que lhe era cometido conservar, tratar e disponibilizar ao público e investigadores.

A solução acaba por recair no palácio barroco do arcebispo D. José de Bragança, riscado por André Soares, destruído por um incêndio em 1864, que também consumiu a biblioteca do seu sucessor e a da Mitra. A obra vultuosa do seu restauro, inspirado nas bibliotecas conventuais, sob as diretrizes de A. Feio, concretizada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, começa em 1930, ainda no tempo da Ditadura Militar, que também inclui a BPB nas beneficiárias do Depósito Legal (DL), acabando por ser inaugurada em 1934, já com Salazar no poder.

Num edifício adaptado, para a época, com grande critério, a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga (BPADB) começa a funcionar com alguma tranquilidade, cumprindo as funções que lhe eram inerentes, tornando-se uma referência na cidade e gozando de reconhecido prestígio no meio intelectual português, devido ao património bibliográfico e documental de que era detentora.

### Património bibliográfico



Fonte: O Autor.

Deve referir-se, contudo, que em 1942, por iniciativa de Victor de Sá, surgiu em Braga a Biblioteca Móvel, um arrojado e inovador serviço de empréstimo de livros, função que a BPB não desempenhava, a qual punha à disposição dos interessados coleções de livros

modernos e de leituras inovadoras, privilegiando a corrente neorrealista ou autores estrangeiros, caso de Jorge Amado, que o aparelho repressivo do Estado Novo censurava. Por essa razão, sendo objeto constante da atenção da PIDE, acabou por se extinguir em 1950, após a 3ª prisão do seu criador.

Voltando à BPB, constata-se que a partir do início da década de 60 começaram a surgir novos problemas, devido à escassez e pouca qualificação do seu quadro de pessoal, o que se reflete especialmente no enorme atraso no tratamento e disponibilização das espécies bibliográficas entradas através do DL.

Mas eis que surge Abril, a liberdade e a democracia são palavras de ordem que também se prolongam na cultura e na urgente necessidade de satisfazer as necessidades dos cidadãos em matéria formativa e informativa. Quase coincidindo com a revolução, a BPADB foi integrada na recém-criada Universidade do Minho, com efeitos imediatos a partir de 1976, resultantes da realização de importantes obras estruturais, da aquisição de mobiliário e equipamento e, sobretudo, devido à contratação de pessoal com formação adequada que consegue dar resposta à enorme afluência de leitores e investigadores, que ali encontram os últimos livros, revistas e jornais entrados pelo DL, bem como milhares de títulos que estavam por catalogar. Um pouco mais tarde virá o tempo da informatização.

A Biblioteca igualmente se começa a distinguir pela intensa ação cultural que desenvolve, o que a torna uma referência no país, trazendo aos seus espaços alguns dos maiores nomes da literatura e da intelectualidade portuguesa, realizando igualmente conferências e colóquios, recitais de poesia e exposições, ao mesmo tempo que dinamizava uma secção infantil e juvenil plena de iniciativas.

Porém, em breve, se começa a pôr de novo o problema da falta de espaço, devido ao desmesurado crescimento dos fundos documentais do riquíssimo Arquivo Distrital de Braga que, com a biblioteca, partilhava aquele espaço.

Uma possível solução começa a vislumbrar-se com a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) em 1987 (uma revolução silenciosa e tranquila) e, posteriormente, do Projeto Bibliopolis que permitia a adesão à RNBP de grandes centros urbanos onde existiam importantes e históricas bibliotecas, como era o caso de Braga.

Essa adesão concretizava-se através da assinatura de um contrato-programa entre a Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português do Livro e da Leitura (mais tarde das Bibliotecas) e os municípios interessados.

Braga era, porém, um caso especial porque a BPB estava integrada na Universidade do Minho e só através de morosas negociações foi possível convencer a Câmara Municipal bracarense a aderir à RNBP, sendo assinado o respetivo contrato-programa em 1991, que depois seria reforçado por uma adenda em 1996.

A nova biblioteca começou pouco depois a ser construída, aproveitando o edifício e a cerca de uma construção setecentista, erguida sobre ruínas romanas, muito próxima do centro da cidade, respeitando naturalmente o programa do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

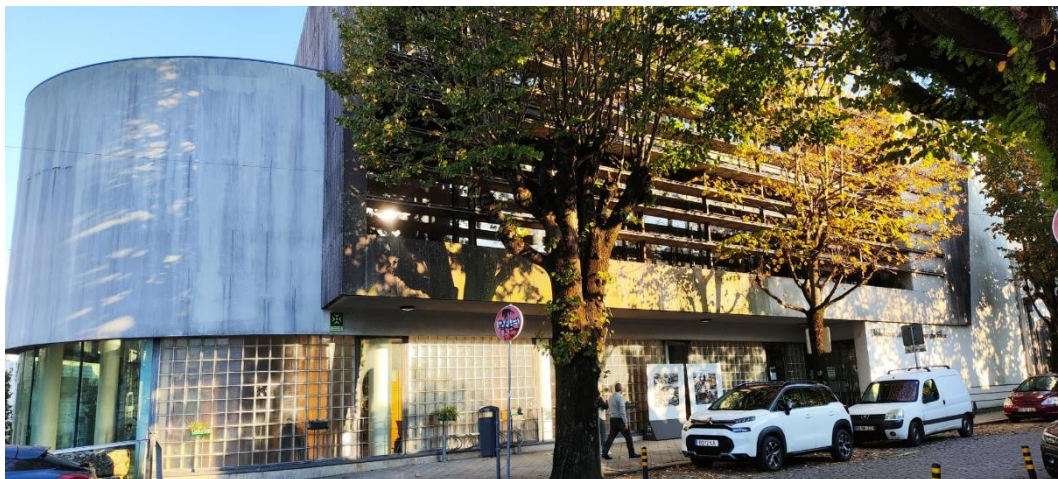
A articulação deste equipamento com a BPB, da qual de acordo com o projeto inicial devia ser um polo, tinha como uma das linhas axiais a transferência quase integral dos livros

entrados pelo DL a partir de 1976 (cerca de 200 mil) para as novas instalações, permitindo a sua utilização pela comunidade, através do livre acesso e do empréstimo domiciliário. A disponibilização da quase totalidade dessas monografias na nova biblioteca, e de todas as que iam entrando mensalmente, passou a sofrer de incompreensíveis limitações a partir de 2020, por decisão da reitoria da Universidade do Minho.

Mais uma vez nem tudo foi pacífico, pois desde a conclusão da obra em 2000 até à sua abertura passaram quase 5 anos, devido a dificuldades subjacentes à aprovação dos respetivos estatutos, mas enfim, em 20 de dezembro de 2004 foi inaugurada a nova biblioteca que passou a ostentar o nome de Lúcio Craveiro da Silva, vulto de grande relevo cultural.

E em poucos anos esta biblioteca também conquistou o seu lugar no coração da cidade.

#### Biblioteca Pública de Braga, fachada



Fonte: O Autor.

Cumprindo o que prescreve o *Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas* (2022) é um centro local de informação, tornando acessível aos seus utilizadores o conhecimento e a informação em todos os géneros. Procura adaptar-se continuamente aos novos meios de comunicação, facilitando o acesso à informação, permitindo que todas as pessoas possam fazer uso significativo da mesma, fornecendo condições básicas para a formação ao longo da vida. Fornece um espaço de acesso público para a produção do conhecimento, partilha a troca de informação e cultura, incentiva a criação literária e promove a participação cívica dos cidadãos, com base na igualdade de acesso para todos. As suas coleções e serviços procuram não estar sujeitos a qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa.

A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, serviço público gratuito e universal, integrou-se rapidamente na vida da comunidade como o atestam especialmente as suas iniciativas de ação e extensão cultural, a promoção de autores locais e a evocação de personalidades e instituições marcantes, o seu papel na criação e desenvolvimento na Rede de Bibliotecas

Escolares (algumas excelentes) e a integração na biblioteca digital Aqualibri, de dimensão regional.

Não obstante, em Braga, ao contrário do que acontece em inúmeros municípios, ainda não se concretizou a criação de uma rede concelhia de bibliotecas, como estava preconizado no contrato-programa atrás referido (apenas existem 4 pequenas bibliotecas em freguesias urbanas e numa rural), não existindo sequer uma biblioteca itinerante que leve o livro à procura do leitor. Esta lacuna é da exclusiva responsabilidade da autarquia bracarense.

Quanto à velha Biblioteca Pública, enfim liberta do Arquivo Distrital de Braga (transferido para novas e modernas instalações), que continua a ser indubitavelmente uma das mais ricas e importantes do país, tendo sobrevivido a 5 regimes políticos desde a sua fundação, vive, quanto a mim, num período de alguma indefinição.

Dados os constrangimentos derivados da conceção dos espaços do belíssimo palácio barroco que ocupa, deve procurar assumir-se primordialmente como uma biblioteca patrimonial, dando primazia ao tratamento, preservação, acessibilidade (porque parou a digitalização?) das suas opulentas coleções de livros (incluindo 53 incunábulo), publicações periódicas de grande valor cultural e iconografia, mantendo a sua integridade (incompreensível o recente "abate", proposto pela BPB e autorizado pela reitoria da Universidade do Minho, de centenas de títulos de jornais, alguns referenciais, entrados através do DL, o que pode prefigurar uma ilegalidade), que incluem compras, legados e doações de que tem sido beneficiária. Pequenas exposições, por vezes complementadas por manifestações orais, feitas com critério e rigor, têm-lhe dado alguma visibilidade, chamando a atenção para o invulgar património bibliográfico e documental que conserva.

Braga tem excelentes bibliotecas (e aqui nem sequer falo das universitárias), mas deve estender a sua ação a todo o concelho, facilitando o acesso à informação, conhecimento e cultura, qualquer que seja o suporte, a todos os cidadãos onde quer que se encontrem, qualquer que seja a sua origem (cada vez mais as bibliotecas têm de ser inclusivas), afirmando o seu papel decisivo na consolidação da democracia e na afirmação da liberdade, de novo ameaçadas.

### **Referências bibliográficas**

**COSTA, Avelino de Jesus da**

1984 *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Braga: [Theologica], 1984.  
Sep. De: *Theologica*. 18 (1983).

**DIAS, J. S. da Silva**

1972 *Braga e a cultura portuguesa do Renascimento*. Coimbra: Universidade, Instituto de Estudos Filosóficos, 1972.

**FEIO, Alberto**

1922 A Biblioteca Pública de Braga: notas históricas. *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. 1 (1922) 5-76.

**MATOS, José Gomes da Silva e (coord.)**

1901 *Club Bracarense: catálogo geral da bibliotheca*. Braga: Club Bracarense, 1901.

**NUNES, Henrique Barreto**

1996 *Da Biblioteca ao leitor: estudos sobre a Leitura Pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, 1996.

**OLIVEIRA, Eduardo Pires de**

2021 *O Palácio de D. José de Bragança*. Braga: Câmara Municipal, 2021.

**SÁ, Vítor de**

1983 *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

**Sites:**

**BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA**

[www.blcs.pt](http://www.blcs.pt)

**BIBLIOTECA PÚBLICA DE BRAGA**

[www.bpb.uminho.pt](http://www.bpb.uminho.pt)

**MANIFESTO DA IFLA/UNESCO PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

[http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/paginas/manifesto-IFLA-UNESCO-2022-\(versao-portuguesa---PT\).aspx](http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/paginas/manifesto-IFLA-UNESCO-2022-(versao-portuguesa---PT).aspx)

Versão corrigida e aumentada de texto publicado em: *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. 1.417 (22 jan. 2025) 9-10.

Henrique Barreto Nunes | hbnunes13@gmail.com

Bibliotecário aposentado - Biblioteca Pública de Braga, Portugal